

# **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA**

*Políticas públicas para mujeres rurales: un estudio sobre el  
Programa de Adquisición de Alimentos- PAA*

*Public policies for rural women: a study on the Acquisition  
and Food Program - PAA s*

DOI: 10.48075/igepec.v27i2.30657

Regina Nascimento  
Silvia Aparecida Zimmermann

# POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

*Políticas públicas para mujeres rurales: un estudio sobre el Programa de Adquisición de Alimentos- PAA*

*Public policies for rural women: a study on the Acquisition and Food Program - PAA*

Regina Nascimento  
Silvia Aparecida Zimmermann

**RESUMO:** O escopo do presente estudo foi investigar a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como política pública e a adesão das mulheres rurais no Município de Foz do Iguaçu/PR. A pesquisa é de caráter qualitativo. Foram empregadas as técnicas de revisão bibliográfica e documental e a realização de entrevistas com roteiro semiestruturado. As entrevistas foram transcritas, analisadas e os dados tabulados. O universo da pesquisa de campo foi um grupo de mulheres rurais inscritas no PAA, perfazendo um total de 15 mulheres rurais entrevistadas entre os meses de abril a agosto de 2022. Os resultados demonstraram que dentre as políticas públicas nacionais brasileiras, o PAA é o programa desenvolvido a nível municipal em que se destaca a participação das mulheres rurais, mesmo que não tenha sido criado exclusivamente para atender apenas mulheres. O presente estudo contribuiu na identificação de oportunidades e desafios na visão das entrevistadas, que incluem o empoderamento feminino, valorização do associativismo, permanência das famílias no campo e ampliação do debate sobre a necessidade de se manter as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, em especial às mulheres rurais.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Mulheres Rurais.

**RESUMEN:** El objetivo de este estudio fue investigar la implementación del Programa de Adquisición y Alimentación de la Agricultura Familiar (PAA) como política pública y la adhesión de las mujeres rurales en el municipio de Foz do Iguaçu/PR. La investigación es cualitativa. Se utilizaron como técnicas la revisión bibliográfica y documental y la realización de entrevistas con guión semiestructurado. Las entrevistas fueron transcritas, analizadas y los datos tabulados. El universo de la investigación de campo fue un grupo de mujeres rurales inscritas en el PAA, haciendo un total de 15 mujeres rurales entrevistadas entre los meses de abril y agosto de 2022. Los resultados mostraron que entre las políticas públicas nacionales brasileñas, el PAA es el programa desarrollado en nivel municipal en el que se destaca la participación de la mujer rural, aunque no fue creado exclusivamente para atender a las mujeres. El presente estudio contribuyó a la identificación de oportunidades y desafíos en la visión de las entrevistadas, que incluyen el empoderamiento femenino, la valorización del asociacionismo, la permanencia del agricultor en el campo y la ampliación del debate sobre la necesidad de mantener políticas públicas dirigidas a la familia, la agricultura, en particular a las mujeres rurales.

Palabras clave: Políticas Públicas. Programa de Adquisición y Alimentación de la Agricultura Familiar. Mujeres Rurales.

**ABSTRACT:** The scope of this study was to investigate the implementation of the Acquisition and Food Program from Family Farming (PAA in Portuguese) as a public policy and the adherence of rural women in Foz do Iguaçu/PR County. The research is qualitative. Bibliographical and documentary review and conducting interviews with a semi-structured script were used as techniques. The interviews were transcribed, analyzed and the data tabulated. The universe of field research was a group of rural women enrolled in the PAA, making up a total of 15 rural women interviewed between April and August 2022. The results showed that among Brazilian national public policies, the PAA is the program developed at the municipal level in which the participation of

*rural women stands out, even though it was not created exclusively to serve only women. The present study contributed to the identification of opportunities and challenges in the view of the interviewees, which include female empowerment, appreciation of associations, the permanence of the farmer in the field and reinforced the debate on the need to maintain public policies aimed at family farming, particularly rural women.*

*Keywords: Public Policies. Acquisition and Food Program from Family Farming. Rural Women.*

.

## INTRODUÇÃO

Historicamente no Brasil, a pauta da mulher rural, transformada em políticas públicas passou a ocupar a agenda pública a partir do ano de 2003, por meio do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (MAPA, 2021). Dentre as iniciativas que priorizam a valorização da mulher rural, a política pública que mais se destaca é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Tal política não foi idealizada especificamente para atender às mulheres rurais, no entanto a partir do ano de 2011 o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) adotou como critério a participação de, pelo menos, 40% de mulheres do total de produtores fornecedores. Assim, considera-se que tal iniciativa favorece e motiva a participação das mulheres rurais no programa (PERIN et al., 2021).

A pesquisa descrita neste artigo aponta que o PAA se destaca em relação às outras políticas devido a sua dinâmica de funcionamento. Há dispensa de licitação para a compra dos produtos da agricultura familiar, além de ser um programa que atua no âmbito econômico e social. Se por um lado atende os agricultores familiares que têm a possibilidade de obter recursos com o escoamento de sua produção, por outro atende diretamente às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, atuando no combate à fome e miséria de muitas famílias (PERIN et al., 2021).

Em relação ao desenvolvimento de políticas públicas nacionais voltadas às mulheres rurais, os gestores locais do PAA destacam que no município de Foz do Iguaçu/PR existem dificuldades administrativas na articulação de tais ações, seja por limitação financeira ou de recursos humanos. O Censo Agropecuário de 2017 apresenta os números de estabelecimentos que são gerenciados por mulheres em Foz do Iguaçu/PR, que representam 151 (27%) estabelecimentos agropecuários num total de 568, e possuem atividades diversas, desde produção até a prestação de serviços como o turismo rural e o entretenimento (IBGE, 2019). Na agropecuária do Município, predomina a pequena propriedade com um número de 949 agricultores cadastrados na Nota do Produtor Rural, localizados numa área rural de 138,17 km<sup>2</sup> (SMDC, 2021). Deste universo, 165 acessam e participam do PAA e 70 são mulheres, o que corresponde a 42% de inscritos.

Neste ínterim, destaca-se que o presente artigo tem como questão central a análise das políticas públicas para mulheres rurais, a partir da implementação do PAA em Foz do Iguaçu/PR. Foram abordadas as políticas públicas de gênero específicas para as mulheres rurais no âmbito nacional, para então identificar no contexto local as políticas públicas executadas pelo município que são direcionadas ao meio rural e como essas iniciativas envolvem as mulheres rurais, identificando as limitações, desafios e potencialidades dessas ações.

Desde sua implementação, o PAA tem gerado muitos estudos que avaliam seus resultados. Devido à importância do programa para a agricultura familiar, diante de uma ampla diversidade social e geográfica, sua avaliação no âmbito local se tornou uma agenda necessária de pesquisa (LIMA e DE PAULA, 2018). Entretanto, no que se refere à sua contribuição para o desenvolvimento local a partir de uma política que atende as mulheres rurais, tem-se observado que o município é um espaço ainda pouco explorado, sendo este o diferencial do estudo aqui apresentado para a comunidade local.

## **2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Na pesquisa buscou-se compreender as políticas públicas, de modo geral, sobretudo o momento da implementação, e do PAA em específico. Neste sentido, abaixo descrevemos as bases teóricas que orientaram a pesquisa.

### **2.1 – A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA**

No Brasil, as políticas públicas são realizadas no intuito de proporcionar às mulheres do campo melhor acesso à saúde, educação, assistência e segurança social, bem como o direito à propriedade de terras, crédito e outros que lhes garantam mais renda e autonomia econômica (MAPA, 2021). No site Oficial do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) há um descritivo sobre as ações desenvolvidas, as quais se destacam: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres (ATER) e PAA. Destes programas o único que é executado em Foz do Iguaçu/PR é o PAA (MAPA, 2021).

O PAA é uma ação do Governo Federal criada em 2003 para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar num dos aspectos mais difíceis que é o acesso de seus produtos ao mercado. Os processos de comercialização por meio do PAA são mais simplificados, há dispensa de licitação para a compra dos produtos da agricultura familiar, ou seja, o programa prevê a compra direta de alimentos dos agricultores locais (HESPANHOL, 2013).

O programa é executado em seis (06) modalidades distintas. Neste estudo discute-se a Compra com Doação Simultânea, por ser a modalidade executada no município investigado. Perin et al. (2021) apresenta as seis (06) modalidades de execução do programa:

1) PAA COMPRA DIRETA: compra de alimentos específicos determinados pelo GGPA, quando existe a necessidade de sustentação de preços da agricultura familiar;

2) APOIO À FORMAÇÃO DE ESTOQUES: apoio financeiro para organizações da agricultura familiar formar estoques de produto e posterior devolução de recursos ao poder público;

3) PAA COMPRAS INSTITUCIONAIS: compra da agricultura familiar com dispensa de processo licitatório, com recurso próprio do órgão comprador;

4) COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA: compra de alimentos da agricultura familiar para doação a entidades socioassistenciais e rede de educação, saúde e justiça;

5) PAA LEITE: compra de leite de vaca e de cabra para doação a famílias e entidades;

6) AQUISIÇÃO DE SEMENTES: compra de sementes de organizações da agricultura familiar e doa a outros agricultores familiares para garantir a produção.

O objetivo do PAA é promover a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação desta produção, visando o desenvolvimento da economia local e o atendimento direto às demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais locais (MDS, 2017).

De acordo com Sambuichi et al. (2020) a garantia de comercialização proporcionada pelo PAA e o conseqüente aumento da renda dos agricultores familiares acabam influenciando a expansão do consumo dessas famílias, provocando um ciclo virtuoso de desenvolvimento na economia local. O programa é considerado uma política pública inovadora para o desenvolvimento rural. Conforme Correa (2018, p. 14) com a execução do programa “objetiva-se o rompimento do ciclo da pobreza no campo”, pois os agricultores que não comercializam seus produtos, não garantem renda para se sustentar e reinvestir na produção.

Em Foz do Iguaçu/PR, o primeiro passo para o agricultor(a) ter acesso ao PAA é possuir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), chamada DAP, e cadastro na Nota Fiscal do Produtor do município. O primeiro documento é fornecido pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR), antiga Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), e o segundo pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comercial, Industrial e Agropecuário (SMDC). O programa possibilita aos agricultores venderem seus produtos às instituições públicas locais, como o Banco de Alimentos (BA). Este faz a gestão dos produtos adquiridos pelo PAA e de doações diversas; e faz a doação simultânea às entidades socioassistências que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (SMDC, 2021). Abaixo segue Tabela 1, com os valores investidos no PAA em Foz do Iguaçu ao longo dos anos.

Tabela 1 – Execução dos recursos do PAA em Foz do Iguaçu (PR), período de 2013 a 2021

ANO	Agricultores cadastrados na Nota Fiscal do Produtor Rural	Agricultores cadastrados no PAA	Recursos destinados ao PAA pelo Governo Federal	Recursos aplicados TOTAL em R\$
2013	574	110	R\$ 495.000,00	R\$ 495.000,00
2014	614	110	R\$ 495.000,00	R\$ 495.000,00
2015	669	200	R\$ 1.300.000,00	R\$ 1.300.000,00
2016	727	200	R\$ 1.300.000,00	R\$ 1.300.000,00
2017	765	140	R\$ 1.110.000,00	R\$ 1.110.000,00
2018	796	140	R\$ 1.110.000,00	R\$ 1.110.000,00
2019	840	Não teve	_____	_____
2020	895	124	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00
2021	949	175	R\$ 1.040.000,00	Em execução

Fonte: Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento, 2021.

Nota-se que os recursos destinados ao PAA no Município foram todos executados e aplicados em sua totalidade na modalidade Compra Direta com Doação Simultânea. No ano de 2019 não houve execução do PAA por falta de recursos do governo federal. Em 2020, mesmo com algumas limitações impostas pelo agravamento social da pandemia, o PAA voltou a ocorrer na cidade.

## 2.2 – IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A implementação de políticas públicas é um processo dinâmico, também político, pois é nesta fase que os riscos de ganhar ou perder apoios políticos começam a se manifestar mais nitidamente (WU et al., 2014). Os autores consideram a implementação de políticas públicas como uma forma de governança em rede, uma vez que exige uma ampla coordenação de grande número de atores envolvidos no processo.

Pires (2009) defende que os estilos de implementação empregados pelas burocracias podem influenciar nos resultados (positivos ou negativos) de uma política pública. O autor afirma que há muitos estudos sobre os fatores que afetam a variação nos resultados de uma política pública, a saber: renda/desenvolvimento local, organização da sociedade civil, redes sociais, competição entre elites locais/regionais, etc. No entanto, quando se trata do efeito das decisões, práticas e comportamentos de agentes burocráticos sobre os resultados das políticas públicas, ainda há uma deficiência de estudos.

O que pode contribuir durante o processo é a identificação de modelos de

implementação de políticas públicas. Segundo Sabatier (1986) e Secchi (2014), existem basicamente dois modelos de implementação de políticas públicas:

O Modelo Top-Down (de cima para baixo), pode ser caracterizado pela notória separação entre o momento de tomada de decisão e o de implementação, em fases consecutivas, na qual os tomadores de decisão (políticos) são separados dos implementadores (administração). Conforme Secchi (2014), este modelo de implementação parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos. Neste modelo é possível identificar uma estratégia política e se isentar da culpa em relação aos problemas de implementação, pois nessa concepção se os resultados são negativos é porque houve falhas dos agentes, por exemplo, policiais, professores, médicos, etc. (SECCHI, 2014).

O Modelo Bottom-Up (de baixo para cima), caracterizado pela maior liberdade de burocratas e redes de atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas. Neste modelo os implementadores têm maior participação na escolha do problema e identificação de soluções durante a implementação e, posteriormente, os tomadores de decisão legitimam as práticas já experimentadas. A implementação é avaliada pelos resultados alcançados a posteriori, em vez da avaliação baseada na obediência cega a prescrições. Nesse modelo, o formato que a política pública adquire após a tomada de decisão não é definitivo, e a política pública é modificável por aqueles que a implementam no dia a dia, existe maior discricionariedade por parte dos gestores e burocratas (SECCHI, 2014).

A implementação do Programa de Aquisição de Alimentos em Foz do Iguaçu/PR na modalidade Compra Direta com Doação Simultânea, aproxima-se do Modelo Top-Down – de cima para baixo, pois como afirma Secchi (2014) neste modelo há uma separação entre Política e Administração. Sendo assim, a elaboração e tomada de decisão das políticas públicas, devem acontecer na esfera política, enquanto a implementação das mesmas deve ocorrer por meio de um esforço administrativo.

### **3 – METODOLOGIA**

A pesquisa é de caráter qualitativa. Foram realizadas revisão bibliográfica e documental, além de coleta de informações mediante a técnica de entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado. As entrevistas foram transcritas, os dados analisados e tabulados.

Em relação à coleta de dados, os procedimentos ocorreram em três etapas. A primeira etapa, realizada no segundo semestre de 2020, consistiu no levantamento de informações correlatas ao tema, através de livros, dissertações, artigos, legislações, dentre outros. Verificou-se os conceitos, etapas e o processo de implementação das políticas públicas, o papel do Estado, bem como o histórico das políticas públicas direcionadas às mulheres rurais.

No ano de 2021 foi iniciada a segunda etapa da pesquisa, com o levantamento de informações gerais sobre o PAA, buscando enfatizar o período de execução em Foz do Iguaçu. A terceira etapa ocorreu em 2022, com a obtenção de dados por meio de pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas. Foram



entrevistadas quinze (15) mulheres rurais e 03 gestores públicos que atuam no PAA no município.

A coleta de dados com as mulheres rurais foi realizada na Cooperativa de Agricultores Familiares de Foz do Iguaçu - COAFFOZ, na Associação dos Produtores Rurais Familiar de Foz (APROFOZ), nas propriedades rurais e na Feira Agroecológica da Vila A, locais estratégicos e onde as mesmas se sentiram “em casa”. Foram feitas perguntas abertas, buscando captar a relação e conhecimento das entrevistadas com o tema abordado e foram encorajadas a exprimir sentimentos e crenças, a relatar características pessoais e experiências passadas na relação com as políticas públicas. Vale ressaltar que a pesquisa em questão se trata de pesquisa de opinião, sem identificação do pesquisado e atende a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que determina diretrizes éticas específicas para as ciências humanas e sociais. Para preservar o sigilo das informantes, na descrição dos resultados as falas são apresentadas numeradas com a sigla MR1, MR2 (mulher rural1, mulher rural2 e assim por diante) de acordo com a ordem de entrevista.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com mulheres rurais inseridas no PAA que representassem uma amostra significativa da diversidade de produtos entregues ao PAA no município, a saber: i) piscicultura; ii) panificados; iii) hortaliças; iv) frutas, sendo essas quatro categorias distintas encontradas no funcionamento do programa em Foz do Iguaçu/PR. As entrevistas ocorreram entre os meses de abril a agosto de 2022, momento em que as restrições de contato físico devido à pandemia estavam mais flexíveis, permitindo a realização das entrevistas pessoalmente.

Para as entrevistas, foi elaborado um roteiro contendo cinco variáveis: perfil das mulheres rurais, acesso às políticas públicas, economia, empoderamento e satisfação das mulheres rurais quanto ao PAA, para os quais se estabeleceu elementos constitutivos e indicadores. Cada uma dessas variáveis contribuiu para serem definidas questões correlacionadas que foram aplicadas nas entrevistas e serviram na análise dos dados coletados. Para esta análise, destaca-se, foram transcritas as entrevistas e analisadas a falas conforme as variáveis estabelecidas no roteiro. Ademais, foram registradas em planilha no Excel, o que permitiram a tabulação de dados e a criação de figuras com os resultados encontrados, a serem descritos na próxima seção.

A variável Perfil das Mulheres Rurais foi adotada no estudo para permitir o conhecimento do contexto em que as mulheres rurais de Foz do Iguaçu/PR estão inseridas. Dentro dessa variável os elementos constitutivos se relacionam com os indicadores, permitindo traçar um perfil e assim identificar se o nível de escolaridade e a divisão do trabalho na propriedade interferem ou não no processo de buscar informações e acessar o PAA.

O PAA possui como objetivo o fortalecimento das economias locais com a geração de trabalho e aumento da renda na agroindústria familiar. Neste sentido, a variável Economia possui ligação com o objetivo do estudo, pois os elementos constitutivos alinhados aos indicadores e às perguntas permitem identificar se na visão das beneficiárias os resultados do programa alcançaram os objetivos traçados no processo de formulação. Na variável Empoderamento é feito um resgate sobre a participação das mulheres em organizações representativas.

Os elementos constitutivos de empoderamento buscaram estimular as

entrevistadas a refletir sobre a participação nas cooperativas/associações, bem como se dá essa participação, se possuem cargos de chefia, se contribuem nas reuniões com opiniões, etc. Ainda, apresenta-se a variável Satisfação das mulheres rurais em relação ao PAA. Dentre os elementos constitutivos há de se destacar os efeitos sociais do programa, visto que o intuito das perguntas elaboradas foi de identificar quais as principais mudanças após a participação no PAA.

Para além dos recursos econômicos, buscou-se verificar se as mulheres rurais sentem-se valorizadas na sua comunidade, na sua família e se o conhecimento e participação nas políticas públicas trazem de alguma forma gera empoderamento feminino.

#### **4 – ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

Os resultados encontrados são apresentados divididos nas seguintes categorias: 1) perfil das mulheres rurais; 2) acesso às políticas públicas; 3) economia; 4) empoderamento; 5) satisfação das mulheres rurais quanto ao PAA e 6) oportunidades desafios do PAA.

##### **4.1 – PERFIL DAS MULHERES RURAIS ENTREVISTADAS**

As mulheres rurais cadastradas no PAA entrevistadas na pesquisa correspondem a 22% do total de mulheres participantes do PAA no município. Do total das quinze mulheres que aceitaram participar da pesquisa, temos que 20% (3) entregam panificados; 45% (7) entregam hortaliças; 20% (3) entregam frutas e por fim 15% (2) entregam pescado. A variável Perfil das mulheres rurais permitiu conhecer a categoria de produtos que as entrevistadas fornecem ao PAA. Dentro dessa variável os elementos constitutivos se relacionam com os indicadores permitindo traçar um perfil e assim identificar se o nível de escolaridade e a divisão do trabalho na propriedade interferem ou não no processo de buscar informações e acessar o PAA.

No quesito faixa etária, a maioria das entrevistadas se encontram na faixa de 40 a 60 anos (80%). Na faixa até 30 anos (7%); de 31-40 anos (13%); de 41-50 anos (40%); de 51-60 anos (27%); acima de 60 anos (13%).

Um questionamento apresentado pelas entrevistadas MR2 e MR4 foi exatamente o fato de os jovens não se interessarem tanto pela agricultura como os pais e avós. Poucos jovens ficam na propriedade, muitas vezes atraídos por cursos e formações sem nenhuma ligação com a agricultura e, com isso, mais voltada ao trabalho na cidade.

Em geral, a propriedade é administrada pelo casal e família, independentemente se está registrada no nome dele ou dela. Do total das 15 entrevistadas apenas 4 respondem formalmente pela propriedade, as demais possuem o nome em conjunto com o companheiro na DAP e atuam como líderes ou parceiras do marido. Uma característica mencionada como positiva pelas mulheres é que destacam a importância do trabalho do marido, fundamental para o desenvolvimento das atividades e participação no programa.

Conforme as entrevistas, toda a divisão e organização do trabalho produtivo é feito em conjunto, embora as atividades acabem ocorrendo em separado: a produção,

plantação geralmente fica sob a responsabilidade do homem e a manipulação e o processamento do produto na agroindústria (panificados) fica a cargo das mulheres.

O PAA não é a principal fonte de renda das entrevistadas. Todas elas estão inseridas em outros programas institucionais, como por exemplo, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Entretanto, apesar de ser uma renda extra, representa um auxílio considerável na composição da renda familiar.

No que diz respeito à escolaridade das entrevistadas, a grande maioria frequentou, ao menos, o ensino fundamental: 40% (06 mulheres) cursaram apenas esta fase escolar. O percentual que completou o ensino médio é de 27% (04 mulheres), 7% (01 mulher) completou o Curso Técnico e 27% (04 mulheres) concluíram o Curso Superior.

Mesmo as que não têm ensino superior entendem a real necessidade de se investir na escolaridade. Algumas relatam que já participaram de encontros e reuniões, nas quais se adotavam terminologias que não conheciam por falta de estudo. A entrevistada MR5 reforça a importância da escolaridade para entendimento das leis, pois teve dificuldade no processo de regularização da agroindústria que administra.

A compreensão de que a educação é transformadora foi expressada por unanimidade nas entrevistas. Por exemplo, mencionou: “a gente precisou se instrumentalizar, tem a parte burocrática de entender isso, não é só o acesso é ser o produtor, nesse sentido a formação é essencial para acessar qualquer política pública” (Entrevistada MR7).

Concorda-se que sem educação é impensável refletir sobre o desenvolvimento do campo, sendo a educação a forma mais eficiente de se obter conhecimento e informações para acessar políticas públicas e garantir que elas tenham êxito.

#### **4.2 – ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Nesta variável foi possível identificar quais as principais dificuldades que as Mulheres Rurais enfrentam para acessar o PAA, bem como identificar mecanismos que poderiam contribuir para uma maior participação em outras políticas públicas. Quando indagadas sobre o envolvimento com as políticas públicas e se tem conhecimento sobre as políticas específicas para mulheres rurais, apenas 03 (três) entrevistadas afirmaram que conheciam o Pronaf Mulher, mas que não tinham muitas informações sobre como acessar o programa, quais sejam:

“Pouco, conheço o Pronaf, mas é um recurso bem baixo” (Entrevistada MR7).

“Sei que tem o Pronaf Mulher, mas não consegui acessar” (Entrevistada MR12).

“Infelizmente pouco ainda, por que já participei de formações, mas não conheço. A gente vê nas cartilhas que existe, mas no município não” (Entrevistada MR3).

Apenas uma entrevistada afirmou conhecer a Resolução nº44 de 2011, estabelecida pelo Grupo Gestor do PAA, a qual recomenda participação de, pelo

menos, 40% de mulheres do total de produtores fornecedores do PAA.

Quando questionadas sobre o primeiro contato com o PAA, 40% (06 mulheres) das entrevistadas afirmaram que se deu por meio da Cooperativa ou Associação, tendo em vista que “a organização dos agricultores em cooperativas é uma das estratégias de enfrentamento frente a dependência e a competitividade dos mercados e que facilita o acesso aos mercados institucionais” (SCHABARUM et al., p. 326, 2022). 27% (04) mulheres afirmou ter conhecido por meio do Técnico de ATER; 20% (03 mulheres) conheceram por meio da comunidade; e 13% (02 mulheres), por meio de agente público. Abaixo seguem alguns relatos:

“Estou desde o primeiro [Projeto do PAA no Município], porque são poucos os que começaram a acreditar que o programa existisse porque logo quando o programa surgiu os agricultores tinham muito medo de entregar porque na verdade muitos projetos e programas que existiam antes era muito falho então o pessoal tinha aquele tabu de entregar pra órgão público, pra programas públicos, é porque antes também não existia nada parecido” (Entrevistada MR8).

A Associação começou com o Curso de Orgânicos, quando a secretaria foi montada, foi o primeiro projeto da secretaria. Desse curso de orgânicos os agricultores que se juntaram ao longo daquele tempo resolveram fazer uma associação pra manter aquele vínculo que se criou durante o curso e ter mais força de voz junto à Secretaria de Agricultura e órgãos públicos” (Entrevistada MR10).

Algumas participantes que estão no programa desde o início relatam as dificuldades e as incertezas que pairavam no processo de implementação, pois sendo uma política nova no município, muitas tinham receio de participar e não ter garantido o recurso prometido.

Percebe-se que o PAA foi uma porta de entrada que ativou a busca por mais informações sobre as políticas públicas e permitiu o acesso aos demais programas institucionais, como por exemplo PNAE. Antes do PAA, segundo as entrevistadas, as ações por parte do governo municipal eram limitadas, não se debatia muito sobre as questões da agricultura familiar, o que inviabilizava a participação efetiva dos agricultores locais.

“Não participava antes, com o PAA passei a buscar mais informações” (Entrevistada MR2).

“Antes do PAA participava pouco porque não tinha tanta interação com as demais pessoas da cooperativa” (Entrevistada MR1).

“Depois do PAA tivemos cursos de manipulação de alimentos. Os produtos que a gente entrega vai para as escolas do bairro, isso é política desenvolvida”

(Entrevistada MR5).

“Dentro do programa a gente começa a olhar como é uma organização nacional, daí vem a questão do PNAE, de outras políticas, como o governo federal faz para separação das verbas que vem pro estado, depois pro município... a gente começou a ver como essa máquina toda funciona, essa verba pública. PAA não é importante só pra mim, é para as as pessoas que recebem o produto também. Principalmente, conhecimento sobre políticas públicas foi ampliado, pois sem isso eu não teria esse conhecimento se ficasse apenas lá na minha agroindústria sozinha” (Entrevistada MR3).

“Com o PAA a gente viu até a importância de estar associado em uma cooperativa. Essas interligações, uma coisa foi interligando a outra” (Entrevistada MR6).

É notória a mudança provocada pelo programa na vida dos agricultores, sobretudo das mulheres rurais, pois foi a partir disso que elas começaram a se mobilizar e se integrar nas entidades representativas. Hoje elas participam de reuniões, audiência pública, coisas que antes pareciam inacessíveis.

Em se tratando do processo de documentação e acesso à informação, as entrevistadas acreditam que isso já é uma questão superada. Não há distinção entre homem e mulher, porém nas atividades diárias o machismo ainda persiste, mesmo que de forma velada. Atividades práticas que para o homem são bem acessíveis para uma mulher às vezes não são. Por meio das falas das entrevistadas percebe-se o quanto o patriarcado ainda prevalece “Muitas ações da cooperativa às vezes são dificultadas pelo fato de quem está à frente ser uma mulher” (Entrevistada MR8). Mesmo que a participação feminina seja abrangente, mesmo que o programa incentive a participação das mulheres e permite o empoderamento delas, no cotidiano elas passam por situações constrangedoras que para “eles” passam despercebidas.

### **4.3 – ECONOMIA**

Em Foz do Iguaçu/PR, por meio do programa PAA, a compra da produção da agricultura familiar gera uma nova dinâmica de desenvolvimento municipal que beneficia o meio rural, a população urbana no geral, bem como fortalece a população urbana que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Dado o número de agricultores ativos, mais ações de políticas públicas para a agricultura familiar, em especial às mulheres rurais, poderiam ser desenvolvidas, mas as dificuldades do município (estrutura – diversos setores e secretarias descentralizados; capital humano – servidores públicos da SMDC em defasagem, em decorrência de aposentadoria; recursos financeiros limitados) fazem com que as ações sejam limitadas, pois necessita de recursos aportados diretamente do governo federal.

Quando questionadas sobre a autonomia que têm em relação ao recurso

advindo com o PAA, todas as entrevistadas afirmaram ser muito importante poder gerir essa renda. Sobre a Autonomia para gerir a renda, 67% afirmam ter autonomia parcial enquanto 33% afirmam ter autonomia total. Mesmo aquelas que possuem a DAP em conjunto com o marido e família, também participam ativamente das decisões sobre como gastar este recurso.

“Poxa vida, se é a mulher que produz, que participa, quem tem que ter a conta no banco, tem que ser ela né. Quem tem que movimentar o dinheiro se for fazer alguma coisa em benefício próprio, só que falta de levar esse alerta pra ela. Mas aqui em Foz nós temos muitas mulheres que estão na liderança” (Entrevistada MR3).

“No PAA você faz a sua entrega e o que você recebe é líquido. No caso da Cooperativa [que entrega para o PNAE] a gente coleta, porém tem toda a logística, o transporte, tudo isso é dívida para o produtor. Então o PAA é atrativo porque se eu vender um pão a R\$ 12,00 eu vou receber R\$ 12,00. Eu não vou ter que distribuir ele de escola em escola” (Entrevistada MR4).

Por mais que o PAA não seja a principal fonte de renda das entrevistadas, elas consideram que o aumento de renda foi significativo após a inserção no programa. Com o programa puderam fazer investimentos na propriedade e que foram pagos com a renda do PAA. Mudanças e melhorias na propriedade que estavam paradas por falta de recursos foi possível realizar por meio do PAA, o que leva a concluir que o programa propicia o desenvolvimento local. É um programa atrativo que faz com que o agricultor se anime a produzir, contudo, percebe-se que não é só pelo dinheiro que os agricultores se inserem no programa. É uma política pública que provoca mudanças, que permite alcançar o empoderamento, principalmente para as mulheres.

“Pra mim foi bom, ajudou muito... adubos, tudo que precisa resolver dentro da horta, encanamento pra fazer irrigação, deu pelo PAA. Essas coisas a gente não conseguia porque era custo muito alto pra manter” (Entrevistada MR9).

Uma característica importante e que merece destaque é o fato de o programa ter se mantido ativo durante toda a pandemia. Em muitos locais onde recursos foram cortados e ações paralisadas, Foz do Iguaçu/PR foi uma das cidades que permaneceu comprando dos agricultores e fazendo as doações de forma mais intensa justamente para tentar aliviar todas as mazelas causadas pela pandemia. Foi unânime a afirmação de que o PAA foi fundamental na composição da renda familiar para as entrevistadas durante a pandemia. As entregas ocorreram normalmente, seguindo todos os protocolos de segurança sanitária.

Conforme afirma Sambuichi et al. (2020) o PAA pode minimizar as crises sanitária e econômica, principalmente para a população mais vulnerável, realizando iniciativas que vão ao encontro das demandas da sociedade civil organizada e de recomendações de organismos nacionais e internacionais especializados, priorizando

à redução dos impactos econômicos e sociais da pandemia causada pelo novo coronavírus.

#### 4.4 – EMPODERAMENTO

No quesito Empoderamento, observou-se que as mulheres rurais do município estão buscando seu espaço e ocupando lugares de liderança. E o PAA foi um grande estimulador, pois permitiu àquela mulher que se ocupava mais com os afazeres domésticos, a buscar novas oportunidades. Ao se inserir numa organização representativa, as mulheres compartilham ideias, conhecimentos e ações, o que favorece o aprendizado e a busca pelo empoderamento feminino.

“Sou bem ativa na cooperativa, faço da parte do conselho, fazemos reunião toda primeira quinta-feira do mês”  
(Entrevistada MR5)

Historicamente, as políticas públicas para o meio rural têm tido um caráter produtivista e focado na melhoria econômica das unidades familiares sem levar em consideração as especificidades de gênero que se apresentam (AQUINO e SCHNEIDER, 2015). Entretanto, foi perceptível o grande avanço que está acontecendo dentro das organizações dos agricultores em Foz do Iguaçu/PR. Hoje na COAFFOZ a presidente é uma mulher; o cargo de secretária também pertence a uma mulher; na APROFFOZ a vice-presidência é representada por uma mulher, ou seja, elas estão assumindo cargos de liderança e se empoderando nas atividades as quais assumiram.

De todas as entrevistadas, apenas quatro afirmaram que já participavam de alguma organização representativa antes de acessarem o PAA. São aquelas que acompanharam toda a trajetória de implementação do programa, com todos os desafios. Uma entrevistada reafirma a importância do programa na vida dos agricultores locais, pois mesmo já participando da associação antes do PAA, diz que não se tinha muitos projetos que envolvessem de fato os agricultores familiares no município. O programa surgiu logo após a criação da APROFFOZ, sendo então uma política pública que veio abrir portas para inserção em outros programas institucionais e conseqüentemente aumentou a representatividade da agricultura familiar local.

No que diz respeito ao tempo de participação das agricultoras entrevistadas no PAA, tem-se que: 27% das produtoras participaram desde o primeiro projeto que foi instituído no município, em 2006; 20% aderiram ao Programa por volta do ano de 2015 e 53% aderiram no decorrer de 2017, período em que houve maior demanda pelo programa pelas mulheres rurais do município. A inclusão de novos cadastros se deu por vários meios. A pesquisa apurou que a principal forma foi a divulgação de informações para os agricultores nas reuniões da associação e cooperativa. A segunda forma se deu através do trabalho de divulgação dos gestores do programa, bem como por meio de visitas do técnico de ATER às propriedades. Além disso, algumas mencionaram que decidiram participar do Programa pelo incentivo e pelas informações que os vizinhos lhes passaram.

O empoderamento feminino está presente na agricultura familiar local, no entanto grande parte das entrevistadas (67%) afirmaram que não são titulares da DAP, nem da Nota Fiscal do Produtor Rural. Ocorre que, mesmo que não possuam

seu nome como titular, seja na DAP; Nota Fiscal do Produtor Rural ou na propriedade que gerenciam, as entrevistadas afirmam que todas as decisões são tomadas em conjunto. O trabalho é realizado em parceria e os recursos são destinados para objetivos em comum.

Siliprandi e Cintrão (2015) destacam a importância de se incluir o nome da mulher rural na propriedade, pois ter o nome no título da terra permite às mulheres, por exemplo, participar plenamente (com voz e voto) nas associações, ter mais influência nas decisões familiares, ter acesso a créditos e financiamentos, além de ser uma comprovação da sua situação de trabalhadora rural para fins da Previdência Social. Consequentemente, não ter o seu nome no título da terra implica insegurança em casos de separação ou viuvez, ou mesmo a possibilidade de utilização da terra pelo homem como garantia para empréstimos, sem o seu consentimento.

#### **4.5 – SATISFAÇÃO DAS MULHERES RURAIS EM RELAÇÃO AO PAA**

Sobre o grau de satisfação das mulheres rurais em relação ao Programa, as entrevistadas de modo geral demonstraram grande satisfação em participar dessa política pública. Por maiores que sejam os desafios que se apresentam, elas trabalham e se dedicam para alcançar melhorias ao programa.

Salienta-se aqui que as 15 mulheres rurais entrevistadas citaram mais de uma resposta quando indagadas sobre as contribuições advindas com o PAA. Para melhor compreensão, organizou-se os dados na figura 5. As contribuições mais citadas foram: a obtenção de uma renda extra (87%, 13 mulheres), seguido de comercialização da produção (47%, 07 mulheres); uma vez que era difícil comercializar o excedente direto com o consumidor devido à distância das propriedades e logística de transporte. Muitas famílias de agricultores do município residem em bairros afastados do centro urbano e de difícil acesso em algumas estradas rurais.

“A gente começou a entender o papel das organizações sociais, de liderança, os espaços públicos via essa representação e a relação cultural de mostrar que Foz do Iguaçu tem a pesca, tem aquicultura, de mostrar a viabilidade econômica dessa atividade e a permanência dessa cultura tradicional que é pescar. Hoje a gente tenta desmistificar o ser “pescador” que não é o velhinho, o que bebe... é levar essa cultura tradicional da alimentação. Nossa maior contribuição é criar uma trajetória alimentar” (Entrevistada MR7).

Ademais, o fato de a compra ser institucional, ou seja, de ter segurança no pagamento, o retorno garantido, foi a motivação manifestada por 27%(04) das mulheres rurais. Outras 33% (05 mulheres) declararam que o Programa é uma forma de abrir caminhos para o conhecimento sobre as demais políticas públicas para agricultura familiar; a valorização do agricultor (a) também foi citado, correspondendo a 20% das respostas obtidas (03 mulheres). O debate sobre



segurança alimentar e nutricional e a valorização do associativismo aparecem ambas com 13% das respostas (02 mulheres em cada), pois elas afirmaram que o programa impulsionou debates sobre o assunto dentro dos conselhos municipais e incentivou a inserção dos agricultores familiares na associação e cooperativa.

Também indicaram como contribuição a possibilidade de permanecer no campo 27% (04 mulheres), visto que aumentando a demanda de comercialização, aumenta a produção e aumenta a renda familiar, permitindo que a família se dedique integralmente à agricultura. Cerca de 40% das entrevistadas (06 mulheres) mencionaram que a principal contribuição do PAA é o empoderamento feminino, pois além de recursos financeiros o programa incentiva a participação feminina, possibilita à mulher transitar por espaços sociais anteriormente desconhecidos e assumir cargos de liderança, porque “além do amor ao trabalho do campo, a mulher rural também precisa do reconhecimento do seu trabalho árduo” (MR12).

#### **4.6 – OPORTUNIDADES E DESAFIOS DO PAA**

Entre os principais desafios e oportunidades (Quadro 1) encontradas pelas agricultoras, no que diz respeito à comercialização dos alimentos para o PAA, cada agricultora mencionou mais de um motivo, de modo que uma dificuldade considerável é a logística de entrega “Se chove a gente não consegue sair” (MR13). A realidade da existência de estradas rurais precárias inviabiliza o transporte em caso de chuvas.

As entrevistadas ressaltam que houve melhoria nas estradas, porém alguns locais ainda carecem de atenção. Outro desafio apresentado é a burocracia de documentos. Relatam que às vezes há dificuldade de conseguir documentos nos órgãos públicos, como por exemplo, renovação da DAP, pois o antigo técnico se aposentou e não foi direcionado alguém específico para Foz do Iguaçu/PR que fique responsável por este trabalho, o que dificulta a atualização do documento. As exigências sanitárias e os padrões de qualidade de produtos processados (bolachas, bolos, pães, queijos) e de origem animal também são desafios para as participantes do programa. Para estes produtos são necessários os registros de inspeção municipal, além de cadastros e alvarás dos estabelecimentos, procedimentos minuciosos que demandam tempo e investimento financeiro.

Outro problema é a limitação da cota de entrega para o Programa. As entrevistadas afirmaram que se houvesse ampliação do valor da cota máxima por DAP (que em 2022 foi R\$ 6.500,00), forneceriam mais produtos e ampliariam a renda mensal. No entanto, há que se ponderar que essa questão não depende da gestão local, mas da gestão geral do programa, portanto, depende de uma pressão nacional para que ocorram mudanças na forma de funcionamento do Programa.

Algumas entrevistadas apontaram o desafio de incluir na lista de entrega do PAA alguns produtos que cultivam, como por exemplo, acerola, pitaya, entre outros produtos da região. Por fim, outro desafio levantado é o de tornar o programa uma política pública permanente, para que não haja interrupções de entrega e o (a) agricultor(a) possa se planejar com antecedência para o cultivo, visando atender de forma eficiente o programa. Para isso é necessário maior envolvimento e diálogo entre os setores da gestão pública para que unam esforços para o bem comum.

Quadro 1- Desafios e Oportunidades do PAA na visão das entrevistadas, Foz do Iguaçu/PR, 2022

DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Logística de entrega	Desenvolver estratégias para manter o jovem no campo
Burocracia de documentos	Renda garantida
Órgãos públicos dialogarem	Fazer um trabalho de formação com essas entidades
Tornar o PAA uma política permanente	Ampliar as entidades de entrega
Incluir na lista de entrega produtos diversos que agricultores produzem	Aumentar o limite da cota de entrega
Limite baixo da cota de entrega	

Fonte: Elaboração própria.

Ao passo que as entrevistadas apresentaram os desafios, também destacaram as oportunidades que se vislumbram com a execução do PAA. A renda garantida pode ser considerada a maior motivação para inserção no programa, sendo uma ótima oportunidade de incremento na composição da renda mensal e oportunidade de investimento na propriedade. Aliado a isso, destacam a oportunidade de aumentar o limite da cota de entrega, caso ampliassem as entidades sócio assistenciais beneficiárias do programa. Concomitantemente à ampliação das entidades, apontam como oportunidade os diversos órgãos públicos presentes em Foz do Iguaçu/PR que poderiam adquirir produtos da agricultura familiar, como exemplo, universidades, Itaipu Binacional, mais setores da prefeitura, etc.

Para finalizar, as entrevistadas ressaltaram a importância da gestão pública municipal para desenvolver estratégias com o objetivo de manter o jovem no campo. Uma preocupação levantada por elas é o fato de ter poucos jovens nas propriedades rurais e em espaços de liderança e representatividade para a categoria. Como afirma uma entrevistada: “hoje se tem uma agricultura velha na cidade, as condições não são atrativas para os jovens” (MR14).

## CONCLUSÃO

O estudo apresentado se propôs a verificar a implementação do PAA e como se dá o acesso ao programa em Foz do Iguaçu/PR pelas mulheres rurais. Neste município o PAA é entendido como a política pública que mais atende às mulheres rurais. Embora não tenha sido criado especificamente para este público, o programa ganhou grande destaque entre as mulheres rurais, seja pelo fato de incentivar a participação feminina a partir da resolução nº44 de 2011, seja pela forte relação da agricultura familiar com as mulheres. Para a pesquisa foram consideradas enquanto questão central a capacidade do PAA em promover o desenvolvimento nas comunidades rurais e na vida das mulheres e os fatores que tornam o PAA uma política pública de destaque na cidade, que provoca o enraizamento frente às mulheres.

Notadamente, a priorização mínima de 40% de mulheres como beneficiárias do PAA favoreceu e aumentou a participação feminina no programa. Os resultados gerais encontrados no estudo demonstraram que as mulheres rurais de Foz do Iguaçu/PR estão satisfeitas com o PAA e com a gestão atual da cooperativa, que tem

como presidente uma mulher. No entanto, manifestaram insatisfação quanto aos procedimentos burocráticos que entendem podem ser minimizados com apoio dos gestores do programa; e especialmente quanto ao preço pago por seus produtos, além de enumerar alguns desafios e oportunidades que se apresentam com a execução do programa.

Do ponto de vista dos atores beneficiados e implementadores, o PAA cumpre com o seu papel social, pois muitos resultados do programa alcançaram os objetivos traçados no processo de formulação. É uma política que: i) contribui para a segurança alimentar e nutricional das famílias carentes em Foz do Iguaçu/PR; ii) é um canal a mais de comercialização da agricultura familiar que usa o poder de compra do Estado; iii) abastece diversos equipamentos públicos da rede socioassistencial; iv) promove a alimentação saudável; v) promove a geração de renda para os agricultores familiares que acabam investindo mais na propriedade. Enfim, todos os aspectos apresentados em conjunto propiciam de forma significativa o desenvolvimento do município.

Longe de encerrar o debate sobre o papel e a representatividade das mulheres nas propriedades rurais, conclui-se ser necessário continuar a reflexão sobre a importância das políticas públicas voltadas às mulheres rurais, pois somente com diálogo e novas percepções é possível alcançar a igualdade e o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras e protagonistas da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-81.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Editora Vozes Limitada, 2017. 516p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais. *Caderno Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil*. MAPA: Brasília, 2021.

BRASIL. *Resolução Grupo Gestor PAA Nº 44/2011*. Disponível em <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=115529>>. Acesso em: 10 de set. de 2020.

CORREA, B. S. O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA: implicações socioeconômicas junto aos agricultores familiares da comunidade de Matinha-zona rural de São Luís. *Dissertação de Mestrado* (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional). Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, São Luís, 2018.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EXTENSÃO RURAL - EMATER. *Programa Renda Agricultor Familiar*. Disponível em:

<<https://www.pia.pr.gov.br/servicos/Cidadania/Assistencia-social/Participar-do-programa-Renda-Agricultor-Familiar-Joo2p53Q>>. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia. v. 25, n.3, p. 469-483, set./dez. 2013.

IBGE, 2019. *Censo Agropecuário*. Disponível em <[cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/pesquisas](http://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/pesquisas)>. Acesso em: 13 de set. de 2020.

LIMA, V. L. K.; DE PAULA, N. M. O programa de aquisição de alimentos no Vale do Ribeira: avanços sociais e fragilidades institucionais. *Informe GEPEC*, v. 22, n. 2, p. 140-158, 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. Relatório *Programa De Aquisição De Alimentos*. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/compra\\_institucional/Relatorio\\_Execucao\\_PAA\\_CI\\_2017.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/Relatorio_Execucao_PAA_CI_2017.pdf)>. Acesso em: 10 de nov. de 2020.

PERIN, G.; ALMEIDA, A. F. C.; SPÍNOLA, P.A C.; PELLA, A. F. C.; SAMBUICHI, R. H. R. *A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios*. Texto para Discussão 2691. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, 2021.

PIRES, R. R. C. Estilos de implementação e resultados de políticas públicas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil. *Revista Dados*, v. 52, n. 3, p. 734-769, 2009.

RICHES, G. Food banks and food security: welfare reform, human rights and social policy. Lessons from Canada. *Social Policy & Administration*, v. 36, n. 6, p. 648-663, 2002.

SAMBUICHI, R. H. R.; ALMEIDA, A. F. C.; PERIN, G.; SPÍNOLA, P.A C.; PELLA, A. F. C. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 1079-1096, 2020.

SCHABARUM, J. C.; PLEIN, C.; BASSO, D. O papel do cooperativismo no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Guarapuava/PR. *Informe GEPEC*, v. 26, n. 1, 2022.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cengage Learning, 2014. 168p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIO (SMDC). *Relatório da chefia de Divisão da Agricultura Familiar* (documento interno). Foz do Iguaçu/PR, 2021.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil:

abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*, p. 571-592, 2015.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. *Guia de políticas públicas: gerenciando processos*. Brasília: Enap, 2014. 159p.

## AUTORAS

**Regina Nascimento:** assistente administrativo sênior na Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PR). Discente na Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). E-mail: [reginaarquivo21@gmail.com](mailto:reginaarquivo21@gmail.com)

**Silvia Aparecida Zimmermann:** doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil. E-mail: [silvia.zimmermann@unila.edu.br](mailto:silvia.zimmermann@unila.edu.br)

Recebido em 22/02/2023.  
Aceito em 30/06/2023.